


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: 1007410-58.2014.8.26.0566  
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil**  
 Requerente: Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil  
 Requerido: Carlos Alberto Calado

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

**Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil** move ação em face de **Eliana Cordeiro Schmidt**, dizendo que em 16.03.2012, celebraram contrato de arrendamento mercantil do veículo marca/modelo RENAULT/SANDERO PRIVILEGE HI, placa EWQ-8548, chassi 93YBSR8UHCJ204405, ano 2012, cor branca, obrigando-se a ré a lhe pagar a contraprestação e VRG da ordem de R\$ 1.054,75 por mês, durante 60 meses, com vencimento da primeira parcela em 16.04.2012. A ré deixou de cumprir a obrigação assumida naquela avença, incorrendo em mora, dando margem à rescisão do contrato, pois deixou de adimplir as parcelas vencidas em 16.05.2014 e meses subsequentes. Foi notificada e constituída em mora e não restituiu o veículo. Pede a liminar de reintegração de posse e, ao final, a procedência da ação para consolidar em poder da autora a posse e o domínio pleno do veículo, condenando a ré ao pagamento de honorários advocatícios e custas. A autora providenciou com a inicial os documentos relacionados ao pedido.

A liminar de reintegração de posse foi concedida e cumprida às fls. 40/41. A ré foi citada e não contestou.

É o relatório. Fundamento e decido.

A ré foi citada e não contestou a ação, recolhendo os efeitos da revelia (inciso II, do art. 330, do CPC), isto é, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial, porquanto

**1007410-58.2014.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

acompanhada de sólida prova documental.

A autora exibiu o contrato de arrendamento mercantil celebrado com a ré concernente ao veículo acima descrito. A ré deixou de pagar a prestação de nº 26 e as subsequentes. 26 prestações num contexto de 60 não pode ser tido como adimplemento substancial.

A ré foi constituída em mora, não pagou nem restituiu o veículo, cometendo assim esbulho possessório, que deu ensejo à reintegração de posse, cuja liminar já foi cumprida, conforme fls. 40/41.

**JULGO PROCEDENTE** a ação para consolidar a posse e domínio pleno do veículo em favor da autora do veículo apreendido à fl. 40. Condeno a ré a pagar à autora 10% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, custas do processo e as de reembolso.

P.R.I.

São Carlos, 25 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**